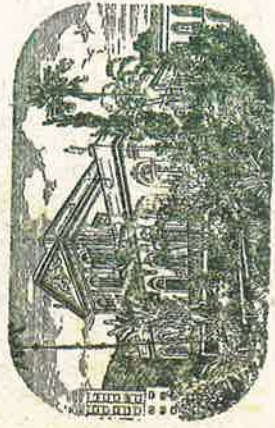


**ANAIIS**  
**DO**  
**CONGRESSO BRASILEIRO**  
**DE**  
**LÍNGUA VERNÁCULA**

II



CASA DE RUI BARBOSA  
RIO — 1957

116  
-116

## A QUESTÃO DOS NEOLOGISMOS E ARCAÍSMOS NA "RÉPLICA" DE RUI BARBOSA

CÉLSO KELLY

Reconhecendo-lhe "autoridade, cortesia e boa fé" (1), RUI BARBOSA, na *Réplica*, responde a JOSÉ VERÍSSIMO as objeções que o consagrado crítico lhe fizera, em artigo intitulado *Uma lição de português* (2), para considerar as duas questões suscitadas: a dos neologismos e a dos arcaísmos, aquêles rejeitados pelo Conselheiro, êstes de seu especial agrado, segundo as alegações do articulista do *Correio da Manhã*.

2. Ainda hoje — ou hoje mais do que então — as duas questões, que se podem confundir numa só, permanecem com o mesmo interesse. A língua portuguesa, sofrendo migração para terras da América, Ásia e África, não poderia pretender a pureza do isolamento e, experimentando, sobretudo no Brasil, as mais diversas influências de outros idiomas — influências decorrentes do estremo e crescente avizinhamento dos povos — dificilmente conseguiria manter a integridade da metrópole, excusando-se de contribuições estranhas ou renovadoras.

3. O que empresta particular singularidade aos pontos de vista de RUI é, de um lado, a tradição de purista, o conhecimento excepcional da língua, a propensão para

(1) *Réplica*, número 31.

(2) *Correio da Manhã*, de 4.8.02.

os estudos mais acurados e penetrantes, o amor dos clássicos, o gosto das "formas imortais" que êle atribuía a CHATEAUBRIAND (3), exaltando-lhe o gênio criador e a capacidade de talhá-las perenemente. É, de outro lado, a época que já vai longe — aquêlo ano de 1902, perto de meio século, nos primórdios da República, permitindo-lhe associar política e lingüística, quando pretende advertir, à semelhança do que teria ocorrido na França, em 1789: "O movimento de 15 de novembro, que dura ainda, fêz do neologismo política" (4); se menor cabimento parece agora ter tido essa reflexão, movimentos posteriores, confundidos na expressão "modernismo", procuraram justificar a rebeldia, a insubordinação, a coragem das novas contribuições, no argumento da emancipação nacional, que ainda seria motivo a outros para declararem a existência de uma "língua brasileira".

#### 4. Que sustentara RUI a respeito?

Em primeiro lugar, a advertência: não havia êle lavrado contra os neologismos nenhuma profissão de fé, nem os havia enjeitado sistematicamente. Rebateu apenas "certas inovações dessa natureza, não enquanto novidades, mas enquanto novidades ociosas e viciosas (5)". Cita em abono de sua atitude os grandes escritores franceses, recordando de VICTOR HUGO, no prefácio de CROMWELL: "Os vocábulos novos, os vocábulos inventados, os vocábulos artificiais são aquêles que destroem o tecido de uma língua" (6), e de PAUL BOURGET o agradecimento a FLAUBERT de haver "aumentado a força de resistência do idioma, recuando a vitória da barbaria" (7).

(3) *Repl.*, n. 474.

(4) *Repl.*, n. 474.

(5) *Repl.*, n. 474.

(6) *Le Rhin*, p. 166. *Choses vues*, n. 160.

(7) Paul Bourget, *Ess. de psychol.*, cont. p. 169.

Tomando ao professor CARNEIRO a doutrina que lhe parece acertada, admite apenas, dentre os vocábulos novos, os que: "formados por boa analogia, correndo com o cunho ou sêlo nacional, sem desvirtuar o caráter de nossa língua, concorrem para lhe enriquecer o vocabulário, fazendo-a corresponder ao movimento progressivo dos povos que a falam" (8).

São aceitáveis, pois, os neologismos que:

- a) tenham sido formados segundo a boa analogia;
- b) não desvirtuem o caráter da nossa língua;
- c) enriqueçam-lhe o vocabulário;
- d) sejam de origem literária e correspondam a "uma necessidade da língua, que porventura não tivesse até ali palavra para exprimir nitidamente aquela idéia", nos termos da opinião emitida pelo sr. RIBEIRO DE VASCONCELOS, endossada pelo signatário da *Réplique* (9);
- e) de origem literária, correspondam, ainda, "a uma conveniência, por ficar a expressão mais nítida, vigorosa e pitoresca da idéia significada" (conferem RIBEIRO DE VASCONCELOS e RUI);
- f) de origem popular, exprimam um fato novo que não tenha expressão na língua.

Refugando várias palavras, sob a alegação de neologismos indesejáveis, assim se justificou RUI:

"Argüi-as de não responderem à exigência da necessidade. Argüi-as de virem enxovalhar, em vez de enriquecer, o nosso léxico. Argüi-as de contravirem ao gênio da nossa vernaculidade. Argüi-as, por derradeiro, de se não formarem segundo a boa analogia" (10).

(8) *Gram. Filosof. Port.* p. 386.

(9) *Répl.*, n. 478.

(10) *Répl.*, n. 477.

Teria aplicado os princípios com demasiado rigor?

"As novidades que refuguei não passam de meia dúzia, e não as refuguei porque novidades, mas porque desnecessárias e bastardas: *propositivamente, honorabilidade, agir, desvirginar, afetar, autoral*" (11)

Argumenta:

"Viessem sem as neologias, mas bem reclamadas, bem derivadas e bem moldadas" (Repete-se aqui a exigência das condições: *necessidade, boa formação, índole da língua*). "Nenhuma delas satisfazia à cláusula da necessidade. Corram-lhesjo indículo: *autoral, desvirginar, agir, honorabilidade, propositivamente*. Por cada uma nos sobram quatro, seis, doze ou mais sucedâneos, qual a qual mais corrente, mais são, mais expressivo, mais feliz" (12).

5. Dúvida não resta de que a boa doutrina, já a esboçava RUI com clareza e precisão. Onde haveria que divergir, naquele tempo, principalmente agora, é quanto à aplicação. Meio século torna usuais as expressões impugnadas. Podem ainda ser rejeitadas pelos mais escrupulosos; a literatura contemporânea, preocupada de preferência pelo poder expressional, em vez da forma, não pauta pelos mesmos escrupulos. Precursor de tantas teorias — no direito, na pedagogia, na filologia — RUI também fixou as boas normas a propósito dos neologismos. Sua aplicação, sim, é que depende de cada escritor, de sua sensibilidade, de seu apego à tradição, de sua cultura filológica, de sua capacidade de sentir e de aceitar novas expressões. Ao espírito de RUI, talhado no rigor dos bons exemplos, confinado no admirável mundo clássico que sempre o seduziu, afeito à disciplina e à erudição — não pareceria atraente a onda perigosa das inovações, termos

(11) *Répl.*, n. 482.

(12) *Répl.*, n. 482.



incertos, perdidos por vezes na confusão dos significados, concurrentes atrevidos de outros que conseguiram desalojar e banir.

6. Há que ponderar ainda numa particularidade. A batalha da *Réplica* travou-se em tórno à redacção do Código Civil. Texto de lei, tem que ser vasado na linguagem estável e aceita. Costuma, até, manter-se mais apegado a fórmulas e praxes. Não abre, de comum, suas portas às inovações fáceis. Essa circunstância foi considerada pelo eminente redator do Senado:

"Depois, se no fazer do que lhe é próprio, do que conta e risco há de correr, assiste ao escritor liberdade, para desferir o vôo pelas regiões da fantasia e da moda, já não tem a mesma largueza de *ensanchas* o *codificador de leis nacionais*. Esse, a não ser que legisle para novas relações jurídicas desconhecidas ao uso popular e às letras do idioma, só no patrimônio inconcusso dêste, no seu cabedal assente, no reservatório da sua mais extreme veracidade, se há de ir sortir das formas da linguagem" (13).

E explica RUI o exemplo que teve diante de si:

"Foi o exemplo alemão, foi a cultura alemã, foi a ciência alemã quem me ensinou, quem me animou a cometer, arrostando o vespeiro de vaidades, que a minha crítica se atreveu a melindrar. Na Alemanha, ao fazer do Código recente, as palavras de procedência ou fisionomia menos vernácula foram pesadas a oiro e fio, por jeito que não escapasse nenhuma da menor liga adventícia, do menor laivo estrangeiro" (14).

7. Essa a razão confessada de purismo; o purismo que, levando-o ao convívio dos clássicos, conduzia RUI ao gôsto de certas expressões menos usadas ou já desusadas,

(13) *Repl.*, n. 482.

(14) *Répl.*, n. 482, final.

motivando a acusação de excesso de arcaísmo. O gôsto da antiguidade, ou melhor, esse "suave aroma das coisas velhas", de que nos fala Rodrigues LAPA, (15) são comuns aos grandes eruditos de um idioma, sobretudo se se exercitaram, de preferência, na linguagem jurídica, parlamentar ou oratória, sem aquêles contatos com a vida cotidiana e com o povo, a que são forçados os romancistas, e sem a liberdade a que se habituaram os escritores de ficção, como os poetas.

Na defesa da tradição sobre a inovação, RUI confessou, em redacção que é o exemplo vivo das suas preferências:

"A mim, na minha longa, aturada e contínua prática do escrever, me tem sucedido inúmeras vezes, depois de considerar por muito tempo necessária e insuprível uma locução nova, encontrar vertida em expressões antigas mais clara, expressiva e elegantemente a mesma idéia. Nesses casos, o bom escritor, a quem não mingüe consciência e tino do ofício, não deve recear-se de tentar e tentar a reanimação da forma desusada, com tal que venha a cair naturalmente, como não de estudo, no lugar onde a empregarmos, e da urdidura do texto lhe ressumbre transporte o significado" (16)

8. Que é arcaísmo? A palavra que desaparece, a palavra que teve sua morte natural. O uso popular e os escritores das gerações que se sucederam baniram-na. Foi rejeitada, proscrita, vilipendiada. Repudiou-a o povo. Não a sustentaram os prosadores. Ou era insuficiente na sua expressão, ou de pouca eufonia, ou contrária à indole da língua. Verdade é que não sobreviveu, e que o seu desaparecimento vale como condenação — sentença inapelável por partir das duas fontes de vitalidade do idioma:

(15) *Estatística da ling. portuguesa*, p. 55.

(16) *Repl.*, n. 494.



o povo e a prosa literária. Seja o termo, ou seja a construção da frase — vocábulo ou sintaxe — se a língua se inclinou para outro rumo, não há como insistir, sob pena de se pretender roupagem fora de época, inadequada, imprópria, incompreendida, talvez satirizada. Se, no plano literário, ainda se pode tentar a emprêsa, confinada a eruditos que se comprazem com o retôrno de velhos usos, em desuso flagrante, não corresponde aos grandes anseios da educação do nosso tempo, aberta a todos, no desejo de estender-se o mais possível, em proveito da civilização, sem barreiras ou limitações de qualquer natureza. Nunca o idioma precisou ser tão objetivo, claro, exato, quanto no momento em que dele fazemos o instrumento geral de compreensão e de cultura.

9. A sentença mais grave de JOSÉ VERÍSSIMO, com relação a RUI, aquela que mais melindrou o seu confrade; a que mereceu a mais difícil e delicada das respostas, para que não se vislumbresse a vaidade ferida, — é a que se contém nesse período:

“Há um fato, que sempre me impressionou: a nenhuma influência do sr. RUI BARBOSA, escritor, sôbre os nossos escritores, mesmo os que mais o admiram. Essa influência, que eu aliás desejava, como corretivo ao nosso deleixo do bom falar português, compreendi, depois, se não podia exercer, porque o sr. RUI BARBOSA, como escritor, era alheio ao seu meio; admiravam-se os seus escritos como belos exemplos de classicismo; mas, salva alguma rara exceção, ninguém se deixou contagiar pelo seu exemplo, nem se fez seu discípulo”.

RUI não contém a sua réplica a um dos pontos: “a arguição de estar eu fora do meio em que vivo, pela língua que falo”. Repele “essa fossilização em vida” e recorda o próprio depoimento de VERÍSSIMO ao seu papel de jornalista, cujos artigos exerceram “grande influência

no preparo do país para o advento da república, pela sua ação na decomposição da disciplina do exército e seus ataques ao derradeiro ministério da monarquia”. “O dr. RUI BARBOSA foi, pela sua campanha no *Diário de Notícias*, um dos principais fautores da república” (17).

Em verdade, aquêle que forjara seu estilo na admiração e nos exemplos de Herculano, de Vieira, de Latino Coelho; aquêle que nascera para talhar, em blocos admiráveis de eloquência, o monumento sólido da sua linguagem; aquêle que soube reunir às possibilidades de artista da palavra o lastro da erudição e o resultado das mais pacientes pesquisas — era, no seu tempo, mais que uma exceção, uma anomalia no estudo, na cultura e na capacidade de produzir. O que lhe fez a glória foi justamente o que o distanciou dos demais da sua época. Era justo que lhe devotassem o maior aprêço, senão mesmo culto. Difícil seria que o tomassem por modêlo, a êle que, a todo momento, renascia têrmos e se empenhava por manter o idioma dentro do tesouro dos seus clássicos. A língua viva teria que expandir-se fora das muralhas chinesas que a cultura de RUI lhe traçara. Tão precioso se tornou que êle próprio, ao empregar têrmos e expressões raras na *Réplica*, se apressava em justificar-se, apontando o exemplo escasso que lhe abonaria a audácia de cada particularidade. A influência de RUI não teria sido quanto ao estilo. Nêle avultavam as idéias e os exemplos morais, as boas causas e a bravura cívica. De par com isso, um acervo impressionante de ensinamentos lingüísticos. Se não fez discípulos, como observa VERÍSSIMO, foi mestre de todos e mestre continua sendo, malgrado a substancial distância que o separa da atualidade.

Em conclusão:

(17) *Repl.*, n. 483.



— Embora compreendesse que a língua evolui e que os neologismos se devem aceitar, dentro de determinadas condições, RUI sempre foi infenso ao emprêgo de palavras novas, transigindo excepcionalmente;

— Embora, também, compreendesse a impossibilidade de um retôrno às expressões passadas ou pouco usadas, seu amor da tradição e da pureza o levou a empregar termos, já fora da linguagem de seu tempo;

— Perfeito e exato na teoria que se traçou com relação a neologismos e arcaísmos, foi exagerado, ou intrasigente, na aplicação dos princípios formulados, invalidando-os na prática;

— Não lhe passou despercebido que a linguagem de uma lei não pode ceder à aventura das inovações, devendo pautar-se, de preferência, na linguagem castiça e conservadora;

— O zêlo do idioma e a grandiosidade do estilo despertaram admiração, mas não discípulos no sentido de "escolas literárias"; no entanto, a quaisquer cultores do idioma, RUI avulta como mestre e autoridade e como mestre atravessará os tempos.

## PETRÓPOLIS E RUI BARBOSA

JOSÉ KOPKE FRÓES

Petrópolis representa importante parcela da vida de Rui Barbosa. Foi na Cidade Imperial que o grande estadista baiano escreveu grande parte da sua imensa obra, foi lá que viveu seus últimos dias, fechando os olhos para sempre no dia 1.º de março de 1923 na casa de sua propriedade, à avenida Ipiranga, por êle denominada *Sweet Home*.

Fugindo ao calor do Rio de Janeiro, depois de casado, Rui passou os primeiros verões na cidade de Friburgo, onde esteve também durante sua lua de mel. A partir do ano de 1900, preferiu sempre Petrópolis, talvez por ser mais próxima da Capital da República.

Existe ainda, inteiramente reformado, o prédio que serviu de primeira residência do veraneio de Rui em Petrópolis; está situado ao alto do morro, justamente na curva que faz a rua Paulo Barbosa. Casa modesta, possuindo, porém, imenso terreno, foi por seus inquietos transformada em verdadeira chacara de flôres. Rui não compreendia a vida sem flôres; tôdas as moradias que teve eram circundadas por imensos parques floridos, tratados com todo o carinho.

Durante sete anos seguidos, Rui subiu para Petrópolis e residiu na rua Paulo Barbosa. Em 1907, quando o Brasil foi buscá-lo para a Conferência de Haia, veraneava em outro prédio sito à praça da Liberdade, logradouro que tomaria seu nome mais tarde.